

Aula 19

OS ANOS 1990 NO CINEMA BRASILEIRO: O CONFLITO SOCIAL NAS TELAS

META

Discutir a sociedade brasileira contemporânea, a partir do filme *Cronicamente Inviável*, de Sérgio Bianchi, filme emblemático dos anos 1990, que possibilita pensar os conflitos sociais e individuais numa época marcada pela crise das ideologias e das utopias.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
caracterizar o avanço da liberalização econômica nas políticas do Estado brasileiro nos anos 1990;
reconhecer os impactos das políticas neoliberais no cenário social brasileiro; e
identificar o posicionamento crítico de Bianchi ante ao individualismo e ao consumismo presentes como valores marcantes na sociedade brasileira atual.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá ler os excertos do livro de Maria Cecília Carneiro (ver Momento de Reflexão)

Antônio Fernando de Araújo Sá

INTRODUÇÃO

Na aula passada, situamos a questão agrária no processo de redemocratização brasileira. Abordamos sobre a construção do movimento social e popular de extrema importância para nossa história, o MST.

Nesta aula, veremos a consolidação da transição da ditadura militar à democracia brasileira, através das eleições das décadas de 80 e 90. Abordaremos sobre os governos neoliberais instalados no Brasil ao longo da década de 90, primeiro com Fernando Collor e depois com os governos de Fernando Henrique Cardoso.

Analisaremos, a partir do filme *Cronicamente Inviável* (2000), de Sergio Bianchi, a sociedade brasileira contemporânea, na qual nos permite pensar os conflitos sociais e individuais de uma época marcada por crises ideológicas. A leitura indicada no pré-requisito é importante pra realizarmos uma boa aula, possibilitando uma reflexão mais profunda sobre o conteúdo abordado.



Cenas do filme *Cronicamente Inviável*

O BRASIL NA GLOBALIZAÇÃO

Caro aluno, como vimos anteriormente, a transição à democracia guardou algumas especificidades com relação aos outros países da América do Sul, na medida em que podemos caracterizá-la como uma transição pactuada, ao contrário do caso argentino ou boliviano. Apesar de hegemonizada pelas

forças liberais de oposição e o papel tutelar dos militares, os trabalhadores mantiveram-se mobilizados, o que tornou o ambiente pouco propício, num primeiro momento, para o avanço do neoliberalismo no Brasil, contrapondo-se à realidade do Chile, Bolívia, Argentina ou México. Assim, os direitos expropriados da cidadania pela ditadura foram reafirmados na Constituição de 1988, que concretizou o retorno à democracia entre nós. Como aponta Emir Sader (2003: 152), a “força dos movimentos sociais emergentes e essa Constituição colocavam o Brasil na contramão do já avançado processo de hegemonia neoliberal no continente”.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, os trabalhadores se organizaram, nacionalmente, em centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Força Sindical. Ao mesmo tempo, movimentos sociais reivindicativos de mulheres, negros, índios, sem teto e sem terra se fizeram presentes no cenário político brasileiro.

O debate constitucional ao longo dos anos 1986-1988 mostrou o compromisso do governo da Nova República com o conservadorismo, materializando-se na formação do Centrão – caracterizado como de direita no espectro político –, a atuação agressiva da União Democrática Ruralista (UDR) e a formação de inúmeros lobbies, o que colaborou para a “morosidade da elaboração do texto final, bem como para a impossibilidade de se formular um perfil claro – um projeto nacional – pela ANC” (Assembléia Nacional Constituinte) (MENDONÇA & FONTES, 2006: p. 90).

Ainda que o novo texto constitucional tenha assegurado conquistas expressivas por parte dos trabalhadores e dos movimentos sociais, sua promulgação mostrou também a capacidade de pressão e a intransigência das forças conservadoras, que, assustadas com a possibilidade de vitória de um candidato de esquerda nas eleições presidenciais previstas para o ano de 1988, articulam o acréscimo de mais um ano ao presidente Sarney, graças a manipulação do Centrão. Esse acordo político demonstrou a permanência de velhas práticas clientelistas do “dando é que se recebe”, em meio a denúncias de corrupção de parlamentares e acordos espúrios (PESAVENTO, 1991: p. 83).

Do ponto de vista partidário, o PMDB em crise produziu dissidências que resultaram na criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que reivindicava a ideologia social-democrata, constituindo-se em alternativa política de centro-esquerda.

Nesta transição, a primeira eleição presidencial estabeleceu-se um “verdadeiro vácuo de poder”, o que permitiu “a ascensão meteórica de um projeto vazio como o de Collor”, baseado num partido político inexistente o Partido da Renovação Nacional (PRN) e um discurso moralizante de “caçador de marajás” (MENDONÇA & FONTES, 2006: p. 91).

Contra a candidatura da Frente Brasil Popular de esquerda, liderada por Luís Inácio Lula da Silva, a candidatura vitoriosa de Collor representou o

primeiro projeto coerente de reformas neoliberais, impondo uma agenda de ajustes econômicos que visavam a abertura comercial e a privatização das empresas estatais. Essas medidas reforçavam a desconstrução do espaço público.

Uma de suas principais investidas políticas foi tentar esvaziar os setores mais combativos do movimento sindical, com a ampliação dos espaços atribuídos pelo chamado sindicalismo de resultados, liderado pela CGT de **Antônio Rogério Magri** e depois pela Força Sindical de Antônio Medeiros. Inclusive, o primeiro foi nomeado Ministro do Trabalho, logo depois afastado por corrupção.

Ver glossário no final da Aula

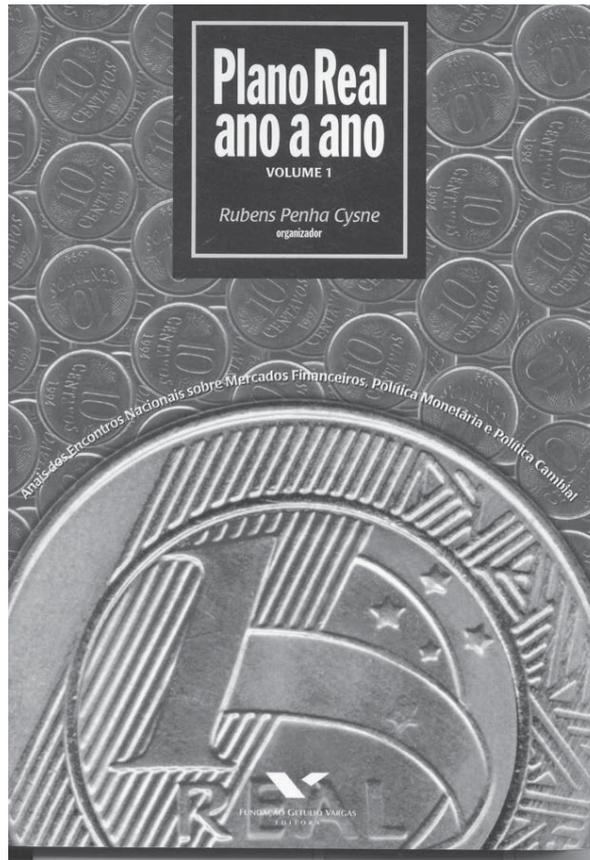
Também o próprio presidente seria deposto pelo Congresso Nacional, em 1992, por denúncias de corrupção, resultando no adiamento da consecução do processo de abertura da economia, da privatização, da desregulação da economia e do enxugamento do Estado, pilares do Consenso de Washington.

Com o impedimento de Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo, que pode ser considerado de transição, em que se reúnem todas as forças políticas desde a direita, que havia inclusive participado do governo deposto, até os setores da esquerda disponíveis. A participação de Fernando Henrique Cardoso, como ministro da Fazenda, foi decisiva para a implementação do mote que passou a fazer parte do seu discurso político e do PSDB: “A economia privada vai bem, o Estado é que vai mal”. Sua atuação se caracterizou por atacar o déficit público, pois considerava a raiz do processo inflacionário. A base do novo plano de estabilização monetária se basearia numa nova moeda (Real), com taxa de câmbio desvalorizada e com um controle salarial (SADER, 1995: p. 154).

Assim, as bases do projeto neoliberal acabaram por encontrar certo apoio por parte de segmentos majoritários do PSDB, o que fez com se aproximasse do Partido da Frente Liberal (PFL), resultando numa aliança política que se configurou com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel para as eleições de 1994.

Sua vitória nestas eleições contra Luís Inácio Lula da Silva consolidou a liberalização econômica no Brasil, seguindo os preceitos do Consenso de Washington. Para SADER (1995: p. 168), o primeiro governo FHC representou a tentativa de “reforma do Estado e da economia em aliança direta com os representantes dos detentores das principais alavancas do poder no país – os banqueiros, os donos dos grandes meios de comunicação, os proprietários dos grandes monopólios empresariais, nacionais e estrangeiros, incluídos, entre estes, os bancos internacionais”.

Para SALLUM JR. (2003: p. 6), o significado político central do período Cardoso (1995-2002) “foi ter fixado o arcabouço de uma nova forma de Estado para a sociedade brasileira, a um só tempo democrática (em termos políticos) e moderadamente liberal (nas relações com a economia)”.



(Fonte: <http://www.fgv.br>)

Um balanço sintético das transformações vividas pelo Brasil nos anos 1990, com ênfase no período FHC, pode ser resumido em dois aspectos centrais: a financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. Como ressalta Sader (2003: p. 155-156), a política de estabilização monetária patrocinada pelo Plano Real e baseada na atração de capitais financeiros para os papéis da dívida pública promoveu esse capital a um papel hegemônico na economia. Por outro lado, Cardoso debilitou a capacidade regulatória do Estado no plano das relações trabalhistas, resultando dessa “flexibilização laboral” que a maioria dos trabalhadores não dispõe de contratos formais que lhe possibilitem ser “sujeitos de direitos” e, portanto, cidadãos. No final do segundo governo Cardoso, a maioria da força de trabalho no Brasil, em 2000, cerca de 55% , estava na informalidade. Desse modo, a violência urbana explodiu como o outro lado da moeda de lumpenização crescente das classes populares. Ao mesmo tempo, o desemprego, a informalidade, a decadência dos serviços públicos, a restrição ao emprego no setor bancário também jogaram ainda mais para baixo os estratos inferiores das classes médias.

Todo esse processo também repercute nos planos ideológicos e culturais, na medida em que os valores do individualismo e do consumismo tornam-se as principais referências da ideologia cotidiana.

UM PAÍS INVIÁVEL?

Nascido em Ponta Grossa (PR), Sérgio Bianchi foi ator e assistente de produção em *Lance Maior* (Silvio Back), tornando-se crítico de cinema da *Folha da Tarde* em 1970, já em São Paulo, onde está radicado desde 1969. Dirige o curta-metragem *A segunda besta* (1977) e o média-metragem *Mato Eles?* (1982). Sua filmografia é marcada pela temática social como em *Maldita consciência* (1973-1981), quando, de uma forma não convencional e provocadora, retrata o ambiente de um casarão abandonado no centro de São Paulo em 1973, e *Romance* (1986-87), que aborda a memória e a obra de um intelectual misteriosamente morto (MIRANDA, 1990: 56). Mas é na década de 1990 que sua profunda inquietação se manifesta com bastante vigor em *A Causa Secreta* (1994), *Cronicamente Inviável* (2000) e *Quanto Vale ou É por Quilo?* (2005). Ismail Xavier (2000: 105) identifica no primeiro filme a construção de um cinema político que não exclui a alegoria e os temas centrais do período entre os anos 1960 e 1970. Mas é com o segundo filme que o cineasta transforma-se no diretor mais polêmico da retomada do cinema brasileiro. Como ressaltou Pedro Butcher (2005: p. 83), o cinema de Bianchi busca “destruir à marteladas o discurso do ‘Brasil cordial’ e desvelar os mecanismos que mantêm os privilégios das elites e impedem qualquer mudança de fundo no país. Sem misericórdia, ele não aponta possibilidade de mudanças”.

Ganhador da menção honrosa no Festival Internacional de Cinema do Uruguai (2001), a película “narra trechos das histórias de vida de seis personagens (Alfredo, Amanda, Adam, Carlos, Luís e Maria Alice), mostrando a dificuldade de sobrevivência mental e física em meio ao caos da sociedade brasileira, que atinge a todos independentemente da posição social ou da postura assumida. As várias situações mostradas têm como fio condutor um restaurante num bairro rico de São Paulo, que é de propriedade de Luís. Ele é um homem de meia-idade, refinado, acostumado com as boas maneiras, mas ao mesmo tempo irônico e pungente. Alfredo é um escritor que realiza um estranho passeio pelo país, buscando compreender, a partir de uma visão ácida da realidade, os problemas de dominação e opressão social. Adam, recém-chegado do Paraná, é o mais novo garçom do restaurante de Luís, que se destaca dos demais empregados por sua descendência européia, tanto por seu aspecto físico, quanto por sua boa instrução e insubordinação. Maria Alice é uma carioca classe média alta que está sempre preocupada em manter o mínimo de humanidade na relação com as pessoas de classe mais baixa. É casada com Carlos, uma pessoa com uma visão pragmática da vida, que acredita na racionalidade como forma de tirar proveito da bagunça típica do Brasil. Amanda, gerente do restaurante de Luís, é uma pessoa cativante, com um passado (e até mesmo um presente), incertos, encobertos pelas várias histórias que

costuma contar para os amigos e os refinados clientes do restaurante” (sinopse retirada do site www.cinemateca.gov.br).

A crítica cinematográfica dividiu-se ante ao filme. De um lado, temos posicionamentos simpáticos à linguagem proposta pelo diretor, como a de Consuelo Lins, que afirma que seu cinema mostra o Brasil como ele é, e não como gostaríamos que fosse. Nas suas palavras, o filme *Cronicamente Inviável* é uma “declaração indignada que nos mostra como a intolerância (do intolerável) e a diversidade (a pobreza como mais uma diferença em um mundo pleno delas) têm seus perigos e temores”. Assim, para ela, o humor cáustico do cineasta arranca risos nervosos da platéia, que, no final, se viram contra ela mesma, com a interrogação: de que rimos, afinal? (BUTCHER, 2005: p. 83).

Para o crítico Luiz Zanin Oricchio (2003: p. 165 e 167), o filme “é uma verdadeira pancada na boa consciência nacional”, que, mesmo não cortejando o espectador, conseguiu uma carreira razoável de público. Foi, definitivamente, o filme mais polêmico da retomada do cinema brasileiro, tornando-se o mais emblemático dos anos 1990. Para este crítico, a película resume “o desgosto da classe média intelectualizada com aquilo que foi feito do mundo na última década do século. Como não há mais ideologias nem sonhos, não é possível nem desejável propor alternativas”.

Neste sentido, o filme faz uma crítica açodada do cinismo da classe média em tempos neoliberais, sem contudo cair no cinismo estéril, na medida em que não vê saídas, mas não se conforma com o existente, denunciando as mazelas sociais.

Entretanto, por outro lado, existem críticos que observam uma tentação autoritária no discurso de Bianchi, pois o “espectador nunca é chamado a compreender o mundo a partir do que vê na tela” e a sua narrativa se estrutura pelo impasse. Segundo Inácio Araújo, “não é a realidade que leva à interpretação, mas a interpretação é o que define o que pertence ou não à esfera do real. A linguagem, nesse sentido, é plenamente autoritária” (BUTCHER, 2003: p. 83-84).

Para concluir, o filme sacode o cenário cinematográfico da retomada do cinema brasileiro nos anos 1990, trazendo para o centro do debate a ironia ferina do diretor. Como num mosaico, “a montagem justapõe lugares nacionais emblemáticos, palcos de experiências limite de confronto, feitas de ofensa e crueldade exatamente entre os que estão por baixo, ou levemente com a cabeça acima da superfície” (XAVIER, 2000: p. 137). A



Cartaz do filme *Cronicamente inviável*. (Fonte: <http://philipe.files.wordpress.com>)

crise de valores morais no Brasil, individualista e neoliberal, se manifesta por exemplo, na mediocridade meditativa do professor contrabandista, mostrando toda a exasperação do cineasta diante da agressão mútua que marcaram os anos 1990. Como bem observa Ismail Xavier (2000: p. 137-138), o que resta aos personagens “é partilhar o preconceito entre as regiões, a luta de classes, o ódio recíproco das etnias, a guerra dos sexos, a paranóia das cidades, a incompetência dos inconformados, a perversidade dos bolsões, na qual ainda se vive junto à natureza, mas para destruí-la. Entre esses casos, o nacional é experiência à revelia ou espasmo da festa”.

O filme, portanto, leva-nos a interrogação e ao desafio, ainda que corra o risco de cair no riso fácil e não crítico, que mantém a frivolidade dos preconceitos e da permanência do comodismo individualista vigente.





ATIVIDADES

Estabelecer em um fórum eletrônico, um debate sobre o impacto das reformas neoliberais dos anos 1990 em seu cotidiano e quais heranças podem ser percebidas na estrutura social, política e econômica do país atualmente.

CONCLUSÃO

Caro aluno, o processo de transição à democracia no Brasil foi consolidado com as eleições da década de 1980 e 1990, nas quais o projeto conservador neoliberal foi vitorioso com as vitórias eleitorais de Fernando Collor, em 1989, e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). À imagem de aventureiro irresponsável de Collor, Cardoso impôs a de certeza e de competência por ter debelado o processo inflacionário.

A implantação do modelo neoliberal no Brasil foi feita de dissensos com a luta da esquerda, liderada pelo Partido dos Trabalhadores. Contudo, a crise do Estado, que vinha dos anos 1980, encontrou no empresariado, grande imprensa e setores aos bancos nacionais e internacionais certo consenso para sua solução: a necessidade do Estado mínimo e a flexibilização do mundo do trabalho.

Ainda que a adesão ao neoliberalismo tenha sido adiado, por conta dos movimentos sociais e sindicais da década de 1980, a eleição e a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, com base na estabilidade monetária e na abertura econômica do Brasil ao mercado internacional, conseguiu atrair capitais especulativos que lhe deram sustentação ao seu governo. O resultado foi a financeirização da economia e flexibilização das relações de trabalho.

Num momento de refluxo dos movimentos grevistas na década de 1990, esse projeto neoliberal impôs ao movimento sindical formas alternativas de negociação e organização, como a criação de cursos profissionalizantes para os trabalhadores e o debate sobre gênero e raça. Ao mesmo tempo, o movimento sindical aproximou-se de outros movimentos sociais, especialmente em torno da luta pela reforma agrária.

Do ponto de vista ideológico e cultural, os valores do individualismo e do consumismo tornam-se as principais referências da ideologia cotidiana, conforme denunciado pelo filme de Sérgio Bianchi. Enfim, a proposta neoliberal deixa entregues à mercantilização os direitos à saúde, à educação, à vida.



RESUMO

Durante os anos 1990, o Brasil teve transformações sociais, políticas e econômicas por conta de sua inserção no mercado internacional da globalização. Ao lado de sua subordinação em relação à política externa norte-americana, ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Mundial e à Organização Mundial do Comércio, o Estado brasileiro perdeu capacidade produtiva e de regulação da economia. Isto implicou mudanças do ponto de vista cultural, na medida em que os valores do individualismo e do consumismo tornam-se as principais referências da ideologia cotidiana.

MOMENTO DE REFLEXÃO

A 30 de setembro a Veja declara: “O Brasil vive um momento decisivo. Ou escapa da crise e entra no século XXI como um país moderno ou regride para seu passado de subdesenvolvimento e inflação. A escolha, em grande parte, está nas mãos de Fernando Henrique Cardoso. Sob este ponto de vista, não existe uma terceira via para o presidente. Ele tem sido um governante com méritos reconhecidos. Em quatro anos deu estabilidade à moeda, criou condições para a modernização da economia e recolocou o Brasil no quadro dos países com peso específico na ordem mundial. Agora está diante de uma encruzilhada de riscos. Ele pode produzir uma reforma profunda capaz de cortar a praga do déficit público. Nesse caso tem chance de estabilizar a economia. A outra opção é produzir reformas de meia-sola, apoiadas unicamente no aumento de impostos, uma daquelas saídas manjadas que empurram os problemas para o futuro e revelam fraqueza política. A não ser para aqueles que lucram com a inflação e o atraso, essa opção é inaceitável.

O discurso do presidente na semana passada parece indicar que escolheu o primeiro caminho. Eliminar o déficit público implica cortar despesas do governo federal, mas igualmente podar gastos feitos pelos 27 governadores e mais 5 mil prefeitos. É uma trabalhadeira ciclópica para quem gasta o dinheiro dos outros, a economizar. O tropeço do Brasil arrastaria consigo a América Latina, principal parceira comercial dos Estados Unidos, que absorve 21% de suas exportações, queimando um capital enorme investido por americanos e europeus nas economias emergentes da região.

De um lado, há dinheiro e disposição para salvar o País. Se isso for feito, a mudança econômica será notável. Do outro, há o déficit, problema difícil de resolver, mas não impossível”

In: CARNEIRO (1999: p. 118-119).



A partir da leitura do texto desenvolva as seguintes questões:

1. Qual é o papel da grande imprensa na construção do debate político nacional? E de que modo ela pode influenciar os processos eleitorais contemporâneos?

REFERÊNCIAS

- BUTCHER, Pedro. **Cinema brasileiro hoje**. São Paulo: Publifolha, 2005.
- CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)**. São Paulo: Editora Três, 1999.
- MIRANDA, Luis F. A. – **Dicionário de Cineastas Brasileiros**. São Paulo: Art Editora/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990.
- ORICCHIO, Luiz Zanin. **Cinema de novo: um balanço crítico da retomada**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- PESAVENTO, Sandra. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Brasil de Fernando a Fernando: neoliberalismo, corrupção e protesto na política brasileira de 1989 a 1994**. Ijuí/RS: Editora da UNIJUÍ, 2000.
- SADER, Emir. **A Vingança da História**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da Ditadura**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil em Direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 6 ed. atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 335-380.
- XAVIER, Ismail. O cinema brasileiro dos anos 90. In: **Praga: revista de estudos marxistas**. São Paulo: Hucitec, n. 9, 2000.



GLÓSSARIO

Antônio Rogério Magri (Fonte: <http://www.previdenciasocial.gov.br>)